Banco de Portugal

Carta Circular nº 1/98/DOC, Série B, de 22-05-1998

Assunto: **BONIFICAÇÕES / FEARC**

Alteração das Circulares Série B - nºs 4/DOC, 5/DOC e 6/DOC, de 30-07-90 e 1/DOC, de 21-07-95 e das linhas de crédito Códigos 532/533, 540, 664 e 666

Na sequência da alteração do Decreto-Lei nº 356/88, de 13 de Outubro, pelo Decreto-Lei nº 26/98, de 10 de Fevereiro, o Banco de Portugal, prosseguindo o apoio ao Fundo Extraordinário de Ajuda à Reconstrução do Chiado (FEARC), estabelece:

1. Para os efeitos previstos nas Circulares, Série B, nº 4/DOC, nº 5/DOC, e nº 6/DOC, de 30 de Julho de 1990, considera-se também OPERAÇÃO DE FINANCIAMENTO o mútuo de fundos, através de aplicações fundamentadas e ulteriormente comprovadas junto da instituição financiadora, destinado a financiar a CONSTRUÇÃO DE PARQUES DE ESTACIONAMENTO, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 184/96, de 27 de Setembro.

1.1. O nº I. (DAS OPERAÇÕES) 2. daquelas Circulares, passa a ter a seguinte redacção:

2. Os juros que incidam sobre o montante das operações contratadas nos termos do Decreto-Lei nº 356/88, terão uma bonificação a pagar pelo Banco de Portugal, por conta e ordem do FEARC, a qual pode ser graduada pela comissão directiva por forma a incentivar uma mais rápida recuperação do Chiado, e não pode exceder 90% da taxa de juro contratual do financiamento, arredondada, se necessário, para o quarto de ponto percentual mais próximo.

Na concessão de bonificações serão tomados em consideração os recursos obtidos na sequência do incêndio, designadamente indemnizações, para efeitos da sua dedução aos montantes de crédito para os quais sejam pedidas.

2.1. ...

2. Para os efeitos previstos na Circular nº 1/DOC, de 21 de Julho de 1995, considera-se OPERAÇÃO DE FINANCIAMENTO todo o mútuo de fundos, através de aplicações fundamentadas e ulteriormente comprovadas junto da instituição financiadora, destinados a financiar, na zona circundante à sinistrada pelo incêndio do Chiado, em Lisboa, obras de conservação e beneficiação de edifícios particulares e de remodelação de estabelecimentos comerciais, aquisição de imóveis por entidades públicas nos termos previstos no nº 4 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 356/88, construção de parques de estacionamento e ainda, na medida em que sirvam à realização destes, ou contribuam para a reabilitação e dinamização do Chiado, aos fins referidos nas alíneas a) a c) do número 2 do artigo 2º do mesmo diploma.

2.1. Os números 2. e 4. daquela Circular passam a ter a seguinte redacção:

2. Os juros que incidam sobre o montante das operações contratadas nos termos do Decreto-Lei nº 356/88, terão uma bonificação a pagar pelo Banco de Portugal, por conta e ordem do FEARC, a qual pode ser graduada pela comissão directiva por forma a incentivar uma mais rápida recuperação do Chiado, e não pode exceder 90% da taxa de juro contratual do financiamento, arredondada, se necessário, para o quarto de ponto percentual mais próximo.

2.1....

4. As sociedades financeiras, financiadoras de projectos de obras referidas no nº 1, que não tenham conta de Depósitos à Ordem aberta no Banco de Portugal indicarão ao Banco qual a instituição de crédito cuja conta de Depósitos à Ordem deverá ser movimentada:

a) ...

b) ...

3. Devem ser substituídas, pelas que, com idêntica numeração, se juntam à presente Circular, as linhas de crédito Código 664, anexa à Circular nº 4/DOC, de 30-9-90 Código nºs 532/533, anexa à Circular nº 6/DOC, de 30-9-90 e Códigos 540 e 666 anexas à Circular nº 1/DOC, de 21-7-95.

4. A fixação de bonificações em projectos em curso e em novos projectos será, como até aqui, decidida casuisticamente pela Comissão Directiva, considerando-se como bonificação adicional a que venha a ser concedida por valores para além de 50% da taxa de juro contratual do financiamento. Para a concessão da bonificação adicional, que poderá assumir valores até a bonificação total atingir 90% da taxa contratual do financiamento, a Comissão Directiva considerará, nomeadamente, situações de retoma de obras que estejam paradas, rápido acabamento de obras em curso ou que hajam sido retomadas, e condicionará a sua concessão efectiva ao cumprimento dos prazos previamente fixados para cada caso, ou de quaisquer outros objectivos que entenda fixar.

5. A presente CIRCULAR revoga e substitui integralmente a CIRCULAR nº 1/DOC, Série B, de 30 de Janeiro de 1997.

Enviada a:

Bancos, Caixa Geral de Depósitos, Caixa Económica Montepio Geral, Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo e Caja de Ahorros Municipal de Vigo.

BANCO DE PORTUGAL

Manual de Linhas de Crédito

B. FINANCIAMENTO DE NECESSIDADES DE CAPITAIS PERMANENTES DAS EMPRESAS

CRÉDITO À RECUPERAÇÃO DA ACTIVIDADE PRODUTIVA

Data

22-05-98

ACTIVIDADES PREJUDICADAS POR CATACLISMOS

Código

BENEFICIÁRIOS

Empresas com estabelecimentos na área sinistrada ou quaisquer associações por elas constituídas;
Entidades públicas que participem na reconstrução e reabilitação do Chiado

OBJECTO

Facultar recursos aos beneficiários para financiamento de capital fixo e circulante com objectivo de recuperação das suas actividades, prejudicadas pelos efeitos do incêndio na zona do Chiado, Lisboa, de 25.08.88, eventualmente por mudança provisória ou, excepcionalmente, definitiva de estabelecimento, nomeadamente nas seguintes aplicações:

- a) obras de demolição e segurança prévias às obras de reconstrução;
- b) obras de reparação e reconstrução aprovadas pelas autoridades competentes;
- c) projectos de arquitectura e engenharia;
- d) reconstituição de *stocks*;
- e) reequipamento e reinstalação de estabelecimentos;
- d) reintegração de fundo de maneiço;
- g) construção de parques de estacionamento.

MONTANTE

Em função das necessidades aprovadas pela instituição financiadora, consideradas as indemnizações pagas pelo seguro.

DURAÇÃO

A fixar pela instituição financiadora, considerada a natureza das aplicações.

FORMA

Contrato de empréstimo entre a instituição de crédito e o beneficiário.

GARANTIA

Hipoteca, ou quaisquer outras formas admitidas em direito, acordadas entre o beneficiário e a instituição financiadora. Em caso de insuficiência destas garantias, prestação de fiança pelo Fundo Extraordinário de Ajuda à Reconstrução do Chiado.

TAXA NOMINAL

A taxa contratual correspondente ao prazo da operação, estabelecida em função da taxa básica praticada pela instituição financiadora.

BONIFICAÇÃO

Estas operações beneficiarão de bonificação de taxa de juro, a qual pode ser graduada pela comissão directiva, por forma a incentivar uma mais rápida recuperação do Chiado, e não pode exceder 90% da taxa de juro contratual do financiamento, arredondada, se necessário, para o quarto de ponto percentual mais próximo.

Na concessão de bonificações serão tomados em consideração os recursos obtidos na sequência do incêndio, designadamente indemnizações, para efeitos da sua dedução aos montantes de crédito para os quais sejam pedidas.

O período durante o qual pode ser concedida a bonificação não ultrapassará 15 anos nos casos em que as aplicações sejam as das alíneas a) e b), do nº 2 do artº 2º do Decreto-Lei nº 356/88, de 13 de Outubro, 7 anos, nos casos em que as aplicações sejam as das alíneas c), e) e g), ou 5 anos nos casos das restantes alíneas.

BANCO DE PORTUGAL

Manual de Linhas de Crédito

B. FINANCIAMENTO DE NECESSIDADES DE CAPITALS PERMANENTES DAS EMPRESAS

CRÉDITO À RECUPERAÇÃO DA ACTIVIDADE PRODUTIVA	Data
	22-05-98
	Código
ACTIVIDADES PREJUDICADAS POR CATACLISMOS	540
Incêndio na zona do Chiado, Lisboa, em 25.08.88 - zona circundante à sinistrada	

BENEFICIÁRIOS

Empresas com estabelecimentos na área circundante ou quaisquer associações por elas constituídas;

Entidades públicas que participem na reconstrução e reabilitação do Chiado

OBJECTO

Facultar recursos para obras de conservação e beneficiação de edifícios particulares, remodelação de estabelecimentos comerciais e para construção de parques de estacionamento e ainda, na medida em que sirvam à realização destes fins, ou contribuam para a reabilitação e dinamização do Chiado, aos fins referidos nas alíneas a) a c) do número 2 do artigo 2º do mesmo diploma.

MONTANTE

Em função das necessidades aprovadas pela instituição financiadora.

DURAÇÃO

A fixar pela instituição financiadora, considerada a natureza das aplicações.

FORMA

Contrato de empréstimo entre a instituição de crédito e o beneficiário.

GARANTIA

Hipoteca, ou quaisquer outras formas admitidas em direito, acordadas entre o beneficiário e a instituição financiadora.

Em caso de insuficiência destas garantias, prestação de fiança pelo Fundo Extraordinário de Ajuda à Reconstrução do Chiado.

TAXA NOMINAL

A taxa contratual correspondente ao prazo da operação, estabelecida em função da taxa básica praticada pela instituição financiadora.

BONIFICAÇÃO

Estas operações beneficiarão de bonificação de taxa de juro, a qual pode ser graduada pela comissão directiva, por forma a incentivar uma mais rápida recuperação do Chiado, e não pode exceder 90% da taxa de juro contratual do financiamento, arredondada, se necessário, para o quarto de ponto percentual mais próximo.

O período durante o qual podem ser concedidas as bonificações não ultrapassará 7 anos, salvo nos casos em que as aplicações sejam as das alíneas a), e c) do nº 2 do artº 2º do Decreto-Lei nº 356/88, de 13 de Outubro, nos quais não ultrapassará 15 anos.

BANCO DE PORTUGAL

Manual de Linhas de Crédito

C. FINANCIAMENTO A PARTICULARES	
CRÉDITO À RECUPERAÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL	Data
	22-05-98
REEDIFICAÇÕES E AQUISIÇÕES	Código
Incêndio na zona do Chiado, Lisboa, em 25.08.88 - zona sinistrada	664

BENEFICIÁRIOS

Particulares proprietários de imóveis, ou fracções para habitação própria ou para arrendar, situados na zona sinistrada. Residentes na zona sinistrada.

OBJECTO

Facultar recursos para a reedificação de habitações destruídas pelo incêndio da zona do Chiado, em Lisboa, no dia 25.08.88, nomeadamente:

- obras de demolição e segurança prévia às obras de reconstrução;
- projectos de arquitectura e engenharia;
- obras de reparação e reconstrução aprovadas pelas autoridades competentes;
- construção de parques de estacionamento

Aquisição de fogos para mudança de habitação provisória ou, excepcionalmente, definitiva de residência.

MONTANTE

Em função das necessidades aprovadas pela instituição financiadora, e consideradas as indemnizações pagas pelo seguro.

DURAÇÃO

A fixar pela instituição financiadora, considerada a natureza das aplicações.

FORMA

Contrato de empréstimo entre a instituição de crédito e o beneficiário

GARANTIA

Hipoteca da habitação ou quaisquer outras formas admitidas em direito acordadas entre o beneficiário e a instituição financiadora.

Em caso de insuficiência destas garantias, prestação de fiança pelo Fundo Extraordinário de Ajuda à Reconstrução do Chiado.

TAXA NOMINAL

A taxa contratual correspondente ao prazo da operação, estabelecida em função da taxa básica praticada pela instituição financiadora.

BONIFICAÇÃO

Estas operações beneficiarão de bonificação de taxa de juro, a qual pode ser graduada pela comissão directiva, por forma a incentivar uma mais rápida recuperação do Chiado, e não pode exceder 90% da taxa de juro contratual do financiamento, arredondada, se necessário, para o quarto de ponto percentual mais próximo.

Na concessão de bonificações serão tomados em consideração os recursos obtidos na sequência do incêndio, designadamente indemnizações, para efeitos da sua dedução aos montantes de crédito para os quais sejam pedidas.

O período durante o qual pode ser concedida a bonificação não ultrapassará 15 anos nos casos em que as aplicações sejam as das alíneas a) e c) do n.º 2 do art.º 2º do Decreto-Lei n.º 356/88, de 13 de Outubro, ou 7 anos nos casos das alíneas b) e d).

BANCO DE PORTUGAL

Manual de Linhas de Crédito

C. FINANCIAMENTO A PARTICULARES

CRÉDITO À RECUPERAÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL	Data
REPARAÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL	22-05-98
	Código
Incêndio na zona do Chiado, Lisboa, em 25.08.88. - zona circundante à sinistrada	666

BENEFICIÁRIOS

Particulares proprietários de imóveis ou fracções para habitação própria ou para arrendar, situados na zona circundante.

Residentes na zona circundante.

OBJECTO

Facultar recursos para obras de conservação e beneficiação de edifícios particulares, remodelação de estabelecimentos comerciais e para construção de parques de estacionamento e ainda, na medida em que sirvam à realização destes fins, ou contribuam para a reabilitação e dinamização do Chiado, aos fins referidos nas alíneas a) a c) do número 2 do artigo 2º do mesmo diploma

MONTANTE

Em função das necessidades aprovadas pela instituição financiadora.

DURAÇÃO

A fixar pela instituição financiadora, considerada a natureza das aplicações.

FORMA

Contrato de empréstimo entre a instituição de crédito e o beneficiário.

GARANTIA

Hipoteca ou quaisquer outras formas admitidas em direito acordadas entre o beneficiário e a instituição financiadora.

Em caso de insuficiência destas garantias, prestação de fiança pelo Fundo Extraordinário de Ajuda à Reconstrução do Chiado.

TAXA NOMINAL

A taxa contratual correspondente ao prazo da operação, estabelecida em função da taxa básica praticada pela instituição financiadora.

BONIFICAÇÃO

Estas operações beneficiarão de bonificação de taxa de juro, a qual pode ser graduada pela comissão directiva, por forma a incentivar uma mais rápida recuperação do Chiado, e não pode exceder 90% da taxa de juro contratual do financiamento, arredondada, se necessário, para o quarto de ponto percentual mais próximo.

O período durante o qual podem ser concedidas as bonificações não ultrapassará 7 anos, salvo nos casos em que as aplicações sejam as das alíneas a) e c) do nº 2 do artº 2º do Decreto-Lei nº 356/88, de 13 de Outubro, nos quais não ultrapassará 15 anos.